



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Nota Técnica STN/COREM nº 476

Em 30 de maio de 2001.

**ASSUNTO: AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS E COMPROMISSOS CONSTANTES NO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2000.**

---

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) do Estado de Santa Catarina (Estado) foi firmado em 31 de janeiro de 2000, constituindo parte integrante do Contrato de Confissão, Assunção e Refinanciamento de Dívidas nº 012/98, firmado entre a União e o Estado, no âmbito da Lei nº 9496/97. O Programa estabeleceu a avaliação anual do cumprimento de metas e compromissos por parte do Estado e sua revisão e atualização, acrescentado-se-lhe um novo exercício financeiro.

2. A avaliação de cumprimento de metas e compromissos contemplada neste documento refere-se à primeira edição do Programa, datada de 31 de janeiro de 2000, relativa ao período de 2000 a 2002. É realizada a comparação entre as metas e compromissos estabelecidos (ajustados quando necessário) e os resultados apresentados e ações desenvolvidas pelo Estado. Preliminarmente, são relacionados os fatores que contribuíram e determinaram o cumprimento ou não das metas e compromissos. As informações utilizadas para avaliação foram extraídas do Balanço Anual, do Balancete de execução orçamentária da administração direta e indireta relativa às fontes do tesouro estadual, do Relatório Resumido sobre o Cumprimento de Metas encaminhado pelo

*[Assinaturas manuscritas]*

Estado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em 30 de Abril de 2001 e das informações obtidas por meio de Missão Técnica da STN ao Estado realizada no período de 02 a 04 de abril de 2001.

3. Como resultado da avaliação, relaciona-se a seguir as metas estabelecidas, os resultados alcançados e as conclusões quanto ao cumprimento ou não das metas:

**META 1: RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL**

META ESTABELECIDADA	RESULTADO ALCANÇADO
2,78	2,40

O Estado **CUMPRIU** a Meta.

**META 2: RESULTADO PRIMÁRIO**

META ESTABELECIDADA	RESULTADO ALCANÇADO
R\$ 506 MILHÕES	R\$ 602 MILHÕES

O Estado **CUMPRIU** a Meta.

**META 3: RELAÇÃO DESPESA COM PESSOAL / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

META ESTABELECIDADA	RESULTADO ALCANÇADO
66%	65%

O Estado **CUMPRIU** a Meta.

**META 4: RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA**

META ESTABELECIDADA	RESULTADO ALCANÇADO
4%	9,8%

O Estado **CUMPRIU** a Meta.

**META 5: REFORMA DO ESTADO**

META ESTABELECIDADA	RESULTADO ALCANÇADO
R\$ 495 MILHÕES	R\$ 572 MILHÕES

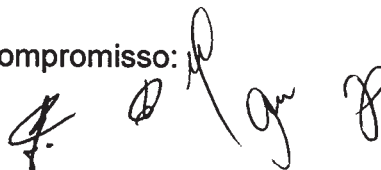
O Estado **CUMPRIU** a Meta.

**META 6: RELAÇÃO INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL**

META ESTABELECIDADA	RESULTADO ALCANÇADO
7%	2%

O Estado **CUMPRIU** a Meta.

4. Além das metas, foi estabelecido o seguinte compromisso:



a. constituição de um Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP: até novembro de 2000, deverá estar concluída a modelagem do Fundo que conterá estudo atuarial detalhado, levantamento do passivo atuarial dos servidores ativos e inativos e indicará as possíveis fontes de recursos para financiar esse passivo;

5. Foram ainda adotadas as seguintes ações e medidas para obtenção das metas estabelecidas:

a. contenção das outras despesas correntes, procurando reavaliar e renegociar todos os contratos administrativos celebrados pela Administração Pública Estadual;

b. contenção do crescimento vegetativo da folha de pagamento da Administração Direta e Indireta, viabilizado por meio do Projeto de Lei Complementar para cristalização da remuneração dos servidores públicos que objetiva eliminar concessões de gratificação, incorporações e vantagem do salário do servidor;

c. criação de novo plano de carreira para o Magistério, com eliminação de benefícios como prêmio assiduidade e reformulação de contagem de tempo de serviço;

d. elevação dos percentuais de contribuição previdenciária dos servidores públicos estaduais ativos;

e. redução dos repasses para pagamento de pessoal da Administração Indireta por meio das medidas associadas à reforma do Estado contidas na Reforma Administrativa cujas ações são:

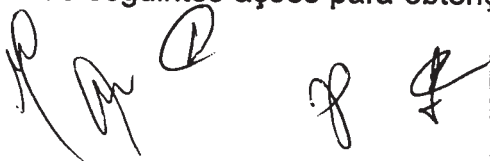
a) adequação do contingente de servidores públicos, em decorrência da implantação da reforma administrativa;

b) adotar uma política salarial de não conceder aumentos que impliquem em descumprimento da Lei Complementar nº 96/99;

c) envidar esforços direcionados à sensibilização dos outros Poderes de Estado, bem como do Ministério Público, no sentido de uma maior racionalização dos respectivos gastos com pessoal, além de definir critérios objetivos de repasse de recursos;

d) estrito cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, em via de aprovação pelo Congresso Nacional.

f. adoção das seguintes ações para obtenção da taxa mínima de crescimento da receita própria:

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature on the left and several smaller initials or marks to the right.

- a) dar continuidade ao Programa de Fortalecimento e Modernização da Área Fiscal do Estado - PNAFE;
- b) racionalizar e atualizar os atuais mecanismos de controle do sistema de arrecadação própria. bem como criar novos e efetivos instrumentos que busquem otimizar a fiscalização nas fronteiras e maior eficácia do sistema de controle da arrecadação de tributos estaduais;
- c) reduzir o estoque de débitos fiscais, mediante o aprimoramento da cobrança na esfera administrativa e judicial, utilizando o protesto na falta de pagamento da Certidão de Dívida Ativa, de acordo do Provimento n.º 67/99, da Corregedoria Geral de Justiça;
- d) estimular o recolhimento espontâneo do imposto, por meio da melhoria no atendimento e orientação ao contribuinte e da ação fiscal setorial e preventiva;
- e) adotar procedimentos que viabilizem a efetiva aplicação das punições previstas no sistema penal tributário;
- g. avaliação dos incentivos fiscais que podem ser revistos, concedidos com base em isenções, redução da base de cálculo e diferimento;
- h. Reforma do Estado objetivando restringir a sua ação em segmentos que possam ser terceirizados ou assumidos pela iniciativa privada, cujas ações compreenderão:
  - a) Readequação da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN;
  - b) Privatização do Banco do Estado de Santa Catarina - BESC
  - c) Remodelagem da CELESC;
  - d) Parceirização na Companhia de Abastecimento e de Armazéns Gerais do Estado de Santa de Santa Catarina – CEASA;
  - e) Modernização da Administração do Porto de São Francisco do Sul;
  - f) Transformação do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPESC - no Fundo de Aposentadoria e Pensões com gestão delegada aos respectivos beneficiários;
  - g) Transformação gradual da COHAB;
  - h) Transformação da Santa Catarina Turismo S.A – SANTUR;
  - i) Terceirização dos serviços da EPAGRI;



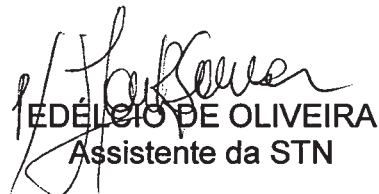
j) Recadastramento do Patrimônio Imobiliário com o objetivo de alienar os imóveis desnecessários ou ociosos. Os recursos destas alienações serão utilizados na constituição do Fundo de Aposentadoria - (FAP)

6. Anexo a esta Nota Técnica é apresentado o detalhamento quanto a aspectos conceituais, procedimentos metodológicos, apuração das metas ajustadas, resultados alcançados, descrição de ações implementadas e observações sobre os prováveis fatores condicionantes e determinantes do cumprimento (ou não) de metas e compromissos, bem como as planilhas gerenciais (Metas e Realizado - Planilha 1, Metas Ajustadas - Planilha 2 e Realizado 2000 - Planilha 3) e de Estoque da Dívida - Planilha 4 - que são as fontes de dados da avaliação.


7. Pelo exposto, o Estado cumpriu a totalidade das metas e compromissos estabelecidos no Programa para o exercício de 2000. Em decorrência disto, deverá ser expedido ofício do Senhor Secretário do Tesouro Nacional ao Senhor Governador do Estado de Santa Catarina comunicando o resultado desta avaliação.

À consideração superior.


  
p/ MARIA DOS REMÉDIOS VILAR TEIXEIRA  
Analista de Finanças e Controle

  
EDÉLCIO DE OLIVEIRA  
Assistente da STN

De acordo. À consideração do Senhor Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional.

  
JORGE KHALIL MISKI  
Coordenador Geral da COREM

De acordo. À consideração do Senhor Secretário do Tesouro Nacional.

  
RENATO VILLELA  
Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional

De acordo. Em 30/05/01

  
FABIO DE OLIVEIRA BARBOSA  
Secretário do Tesouro Nacional

**META 1: RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL**

META ESTABELECIDADA		RESULTADO ALCANÇADO	
SEM AJUSTE	COM AJUSTE	SEM AJUSTE	COM AJUSTE
3,17	2,78	2,40	2,40

**ASPECTOS CONSIDERADOS NO ESTABELECIMENTO DA META****QUANTO À DÍVIDA FINANCEIRA**

- 1) A dívida refinanciada ao amparo da Lei 9.496/97, serviço e saldo devedor, foi projetada pela planilha a partir de suas condições contratuais e do saldo devedor informado pela COAFI e conciliado com o Estado.
- 2) As demais dívidas, serviço e saldo devedor, foram projetadas pelo Estado por meio do preenchimento dos Quadros do Anexo I da Portaria MF 089, de 25.04.97.
- 3) A conta gráfica no valor de R\$ 473,7 milhões seria quitada em novembro de 2000.
- 4) Não foi incluída na trajetória a dívida pendente de regularização junto à CELESC.
- 5) A dívida mobiliária com base em precatórios seria extinta ou resgatada em seus vencimentos nos anos de 2000 e 2001.
- 6) Foi incorporado o endividamento decorrente da conclusão do saneamento do BESC, à época estimado em até R\$ 2.366 milhões.

**QUANTO À RECEITA LÍQUIDA REAL**

- 1) A RLR foi projetada a partir dos valores apurados nos balancetes mensais, utilizando como metodologia o mesmo processo do cálculo mensal da RLR da seguinte forma:
  - os meses realizados de janeiro até novembro de 1999 (resultados de balancete) foram tomados como base sobre a qual se aplicou o índice de crescimento real da RLR do ano 2000 obtendo-se valores para os meses de janeiro a novembro de 2000 (projeção de balancete).
  - este procedimento foi repetido sucessivamente, de forma a obter uma série de valores de projeção de balancete até o mês de setembro de 2002.



- a partir dessa série replicou-se o mesmo cálculo de apuração da RLR mensal, ou seja, foi apurada a média móvel dos doze meses anteriores àquele imediatamente anterior ao mês de apuração.
  - esse valor serviu de base para a projeção do pagamento do seguinte mês de cobrança.
- 2) Os resultados de balancete não foram atualizados a preços de dezembro de 1999. Portanto, os valores projetados igualmente não o foram.
  - 3) Para estimar a relação D/RLR, foram utilizadas a dívida financeira projetada para dezembro e a RLR anual projetada para cobrança da prestação contratual desse mesmo mês, ou seja, aquela apurada no mês de novembro. A Receita Líquida Real para cobrança no mês de dezembro é calculada com base no período de outubro do ano anterior a setembro do ano em questão.
  - 4) O índice de crescimento real da RLR, calculados a partir dos valores "acima da linha" programados a cada ano, foram os seguintes:

2000	2001	2002
1,06485	1,04009	1,03825

#### AJUSTES EFETUADOS NA META ESTABELECIDADA

##### QUANTO À DÍVIDA FINANCEIRA

- 1) Em relação ao saneamento do sistema financeiro estadual:
  - 1.1) substituição dos valores projetados pelos realizados em 2000, no valor de R\$ 739,4 milhões.
  - 1.2) lançamento do saldo referente às parcelas a liberar projetado para dezembro de 2001, no valor de R\$ 1.620 milhões.
- 2) Em relação à dívida mobiliária estadual:
  - 2.1) lançamento das parcelas relativas ao fundo de liquidez, baixadas em junho de 2000, no valor de R\$ 391,3 milhões.
  - 2.2) incorporação à trajetória da parcela em mercado vencida e não paga em agosto de 2000 para suposto pagamento em 2001, no valor de R\$ 230,2 milhões.

*[Handwritten signatures and initials]*

- 2.3) incorporação à trajetória da parcela em mercado vencível em maio de 2001, no valor de R\$ 299,3 milhões.
- 2.4) incorporação à trajetória da parcela em mercado vencida e não paga em agosto de 1998 para suposto pagamento em 2002, no valor de R\$ 16,1 milhões.
- 3) Incorporação à trajetória da dívida vencida e não paga em favor da CELESC, no valor de R\$ 496,4 milhões uma vez que ainda não havia sido regularizada até a posição de dezembro de 2000.
- 4) Incorporação ao saldo devedor da liberação complementar em favor do IPESC ocorrida em 01.07.2000 no valor de R\$ 28,7 milhões.
- 5) Revisão das projeções das operações de crédito, novas e em execução, quanto aos valores de desembolsos, amortizações e encargos, adaptando-as ao que de fato ocorreu em 2000.
- 6) Aplicação da metodologia de projeção e cálculo da RLR preconizada na Nota Técnica STN/COREM 1771, ou seja, saldo de dívida e RLR projetados a preços de 31.12.99 e realizados a preços de 31.12.00.

#### QUANTO À RECEITA LÍQUIDA REAL

- 1) O índice de crescimento real da RLR para cada ano após a substituição dos parâmetros de PIB e inflação pelos realizados foram os seguintes:

2000	2001	2002
1,05739	1,04036	1,03860

#### ASPECTOS CARACTERÍSTICOS DO RESULTADO ALCANÇADO

##### QUANTO À DÍVIDA FINANCEIRA

- 1) A dívida financeira situou-se em R\$ 6.165 milhões em 31.12.2000, decrescendo 3,5% reais em comparação com o saldo de R\$ 5.817 milhões em 31.12.1999.
- 2) A dívida interna corresponde a 94,0% do total, em 2000, quase o mesmo resultado de 1999 (93,8%). A dívida junto à União saltou de 69,2% para 74,9%, enquanto a dívida mobiliária interna passou de 16,1% para 10,1% do total. A evolução da dívida junto à União se explica pelos créditos para saneamento do BESC e a da dívida mobiliária pela baixa dos títulos detidos pelo Fundo de Liquidez da Dívida Pública.



QUANTO À RECEITA LÍQUIDA REAL

- 1) A RLR anual situou-se em R\$ 2.574 milhões em 2000, crescendo 6,0% reais em comparação com o valor de R\$ 2.211 milhões de 1999.

**AJUSTES EFETUADOS NO RESULTADO ALCANÇADO**

---

QUANTO À DÍVIDA FINANCEIRA

Não houve.

QUANTO À RECEITA LÍQUIDA REAL

Não houve.

**PROVÁVEIS FATORES CONDICIONANTES E DETERMINANTES DO RESULTADO ALCANÇADO**

---

QUANTO À DÍVIDA FINANCEIRA

- 1) O Estado esteve adimplente em todos seus compromissos de serviço de dívida, excetuada a dívida mobiliária e a dívida junto à CELESC.

QUANTO À RECEITA LÍQUIDA REAL

- 1) As ações para o incremento da receita própria.
- 2) O desempenho da economia brasileira, com crescimento de 4,46%.

**OBSERVAÇÕES RELATIVAS AS AÇÕES ASSOCIADOS À META**

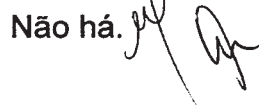
---

QUANTO À DÍVIDA FINANCEIRA

- 1) O Estado solicitou a substituição das operações de crédito a contratar inicialmente previstas no Programa, relativas aos projetos PRODETUR – SUL e MICROBACIAS II, em favor do projeto Etapa IV do Programa Rodoviário.

QUANTO À RECEITA LÍQUIDA REAL

Não há.



## OUTRAS OBSERVAÇÕES

---

### QUANTO À DÍVIDA FINANCEIRA

- 1) O saldo devedor da dívida mobiliária, R\$ 620,9 milhões, inclui o lote de 9.855 LTFESC vencido e não pago em 01/08/98, no valor de R\$ 16.066.128,32 e o lote de 100.000 LTFESC vencido e não pago em 01/08/00, no valor de R\$ 254.018.500,10. Estes, bem como o lote com vencimento previsto para 01/05/01, são objeto de ação judicial do Estado que objetiva o seu cancelamento.
- 2) A dívida junto à CELESC, R\$ 558,3 milhões, "resultante da utilização pelo Estado dos créditos do CRC", foi aditivada em 2001, reescalando o pagamento do saldo devedor (principal e juros vencidos e não pagos).

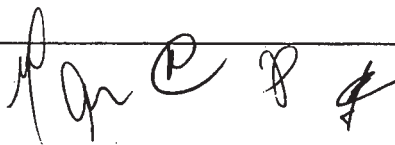
### QUANTO À RECEITA LÍQUIDA REAL

Não há.

### CONCLUSÃO

---

O Estado CUMPRIU a Meta.



## META 2: RESULTADO PRIMÁRIO

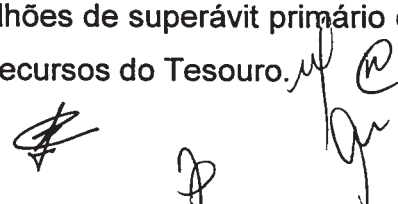
META ESTABELECIDA		RESULTADO ALCANÇADO	
SEM AJUSTE	COM AJUSTE	SEM AJUSTE	COM AJUSTE
R\$ 409 milhões	R\$ 506 milhões	R\$ 354 milhões	R\$ 602 milhões

### ASPECTOS CONSIDERADOS NO ESTABELECIMENTO DA META

- 1) O superávit primário foi estabelecido de forma a equilibrar a programação financeira do tesouro estadual, considerados os requisitos projetados do serviço da dívida e as fontes de financiamento relativas à alienação de bens e às operações de crédito.
- 2) Foram consideradas como despesas do tesouro estadual aquelas da execução orçamentária da administração direta acrescida da despesa de pessoal da administração indireta (entidades deficitárias) informada em relatório contábil em separado.
- 3) Foram utilizados os parâmetros de projeção abaixo transcritos, incidentes sobre os valores realizados do ano de 1999; sendo o valor da receita (excetuadas as transferências da União) dependente das variações reais dos PIBs nacional e estadual e da taxa média de inflação doméstica, e as despesas não financeiras (excetuadas as de pessoal) dependentes da taxa média de inflação doméstica.

Parâmetro \ ano	2000
Taxa média de inflação doméstica	9,29%
Variação real do PIB nacional	4,00%
Variação real do PIB estadual	4,00%

- 4) Para as transferências da União foram utilizadas as projeções da STN/COFIN e STN/COREM.
- 5) O resultado primário realizado no ano 2000 foi R\$ 354 milhões de superávit primário e refere-se ao total de receitas e despesas custeadas com recursos do Tesouro.



### AJUSTES EFETUADOS NA META ESTABELECIDADA

- 1) Foram revistos os valores dos parâmetros de projeção, substituindo-os pelos realizados abaixo transcritos:

Parâmetro \ ano	2000
Taxa média de inflação doméstica	13,76%
Variação real do PIB nacional	4,46%
Variação real do PIB estadual	4,46%

### ASPECTOS CARACTERÍSTICOS DO RESULTADO ALCANÇADO

- 1) O superávit primário de R\$ 602 milhões superou a meta ajustada em R\$ 95 milhões, ou seja, 18,83% acima do previsto.
- 2) Em relação ao exercício anterior o superávit alcançado apresentou um crescimento nominal de R\$ 194 milhões, ou seja, 47,08%.

### AJUSTES EFETUADOS NO RESULTADO ALCANÇADO

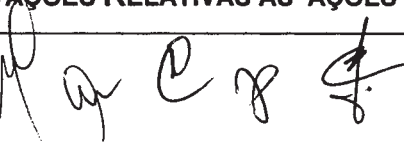
- 1) O Programa de Ajuste Fiscal assinado em 30 de janeiro de 2000 considerou como despesas e receitas custeada com recursos do tesouro estadual àquelas contidas nos balancetes da Administração Direta mais as Despesas de Pessoal informadas pelo Estado por meio de um demonstrativo específico. Na avaliação do resultado primário do ano 2000 foi adotado o mesmo procedimento.

### PROVÁVEIS FATORES CONDICIONANTES E DETERMINANTES DO RESULTADO ALCANÇADO

- 1) O resultado alcançado se justifica pelo bom desempenho na arrecadação de suas receitas próprias que em relação ao ano de 1999 apresentou um crescimento real de 9,78%.

### OBSERVAÇÕES RELATIVAS AS AÇÕES ASSOCIADOS À META

Não há



**OUTRAS OBSERVAÇÕES**

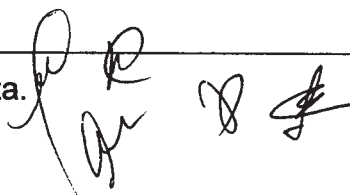
---

Não há

**CONCLUSÃO**

---

O Estado CUMPRIU a Meta.

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature on the left and several smaller initials or signatures to its right.

### **META 3: RELAÇÃO DESPESA COM PESSOAL / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

META ESTABELECIDADA		RESULTADO ALCANÇADO	
SEM AJUSTE	COM AJUSTE	SEM AJUSTE	COM AJUSTE
68%	66%	65%	65%

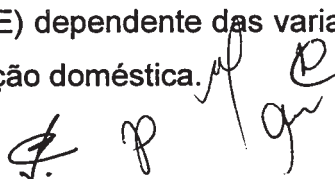
#### **ASPECTOS CONSIDERADOS NO ESTABELECIMENTO DA META**

##### QUANTO À DESPESA DE PESSOAL

- 1) Foram consideradas como despesas do tesouro estadual aquelas da execução orçamentária da administração direta acrescida da despesa de pessoal da administração indireta (entidades deficitárias) informada em relatório contábil em separado. As despesas de transferências intragovernamentais – subvenções econômicas de pessoal – foram reclassificadas como despesa de pessoal da Administração Indireta, tendo em vista tratar-se de gastos com salários das empresas deficitárias (EPAGRI, SANTUR e CIDASC).
- 2) Compõem a despesa de pessoal os gastos com aposentadorias e reformas, pensões, pessoal civil e militar da Administração Direta e Indireta custeados pelo tesouro, obrigações patronais, apoio financeiro a estudantes, assistência médico - hospitalar, salário-família e outras despesas de pessoal. Não se incluem nestas despesas as diárias e ajudas de custo.
- 3) Foi utilizado como parâmetro de projeção para as despesas de pessoal, incidentes sobre os valores realizados do ano de 1999, crescimento vegetativo de 5% para servidores Ativos e Inativos.

##### QUANTO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

- 1) A RCL foi projetada a partir dos valores apurados nos balancetes mensais.
- 2) Foram utilizados os parâmetros de projeção abaixo transcritos, incidentes sobre os valores realizados do ano de 1999; sendo o valor da receita (excetuadas as transferências do Fundo de Participação dos Estados - FPE) dependente das variações reais dos PIB's nacional e estadual e da taxa média de inflação doméstica.





Parâmetro \ ano	2000
Taxa média de inflação doméstica	9,29%
Variação real do PIB nacional	4,00%
Variação real do PIB estadual	4,00%

3) Para as transferências do FPE foram utilizadas as projeções da STN/COFIN.

4) Para se obter a relação Pessoal/RCL, utilizou-se os valores nominais acumulados em dezembro de 1999 corrigidos pelos parâmetros acima referenciados

### AJUSTES EFETUADOS NA META ESTABELECIDADA

#### QUANTO À DESPESA DE PESSOAL

Não há

#### QUANTO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

1) Foram revistos os valores dos parâmetros de projeção, substituindo-os pelos realizados abaixo transcritos:

Parâmetro \ ano	2000
Taxa média de inflação doméstica	13,76%
Variação real do PIB nacional	4,46%
Variação real do PIB estadual	4,46%

### ASPECTOS CARACTERÍSTICOS DO RESULTADO ALCANÇADO

#### QUANTO À DESPESA DE PESSOAL

1) Em 2000, a despesa com pessoal, que se situou em R\$ 1.871 milhões, caiu 0,4% em termos reais, sendo que a receita corrente líquida cresceu 8% em termos reais.

2) A despesa com inativos cresceu 10,5%, em termos reais, consequência do decréscimo anormal ocorrido em 1999 por conta do processo de federalização do IPESC. Em 1999, o IPESC, que tradicionalmente só paga pensionistas, pagou parcela dos inativos com os recursos recebidos da União (R\$ 110 milhões), não havendo perspectivas de que tal fato volte a ocorrer.

#### QUANTO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

1) O expressivo crescimento da receita corrente líquida foi motivado, entre outros, pelo crescimento de 6,9% das receitas de ICMS e 17,9% de IPVA

#### AJUSTES EFETUADOS NO RESULTADO ALCANÇADO

---

##### QUANTO À DESPESA DE PESSOAL

1) Durante a missão técnica da Secretaria do Tesouro Nacional ao Estado de Santa Catarina, constatou-se que as despesas de pessoal que vinham sendo lançadas como fonte tesouro não refletiam de fato esta abrangência. Um novo relatório foi elaborado e as despesas de pessoal consideradas para avaliação já se enquadram neste novo conceito.

##### QUANTO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Não há

#### PROVÁVEIS FATORES CONDICIONANTES E DETERMINANTES DO RESULTADO ALCANÇADO

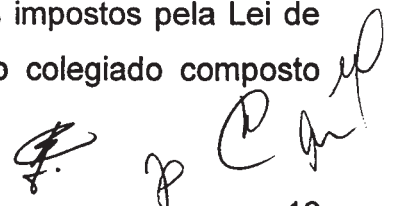
---

##### QUANTO À DESPESA DE PESSOAL

1) O crescimento nominal de 13% nas despesas com pessoal deveu-se ao retorno das despesas com inativos a seus valores originais, uma vez que em 1999, excepcionalmente, parte destas despesas foram custeadas com recursos próprios do Instituto de Previdência. Em 2000, também como consequência do processo de federalização da dívida estadual junto ao IPESC, aumentaram as outras despesas de pessoal, particularmente pela regularização das contribuições previdenciárias devidas pelo Estado.

2) Durante o exercício, o Estado não concedeu aumentos lineares e só realizou novas contratações em áreas essenciais como saúde, educação e segurança, e ainda assim, utilizou-se de servidores temporários cujos vencimentos são bastante inferiores à média do estado.

3) O Estado apresenta o propósito de só promover aumentos nos gastos de pessoal à medida que aumente a receita, de forma a se adequar aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Para tanto, o "Comitê da Folha", órgão colegiado composto



entre outros pelo Secretário de Fazenda e pelo Secretário de Administração, deve ser consultado diante de quaisquer atos que onerem a folha de pagamento.

## **OBSERVAÇÕES RELATIVAS AO COMPROMISSO E AÇÕES ASSOCIADAS À META**

---

### Compromisso

1) Até novembro de 2000, deverá estar concluída a modelagem do Fundo que conterà estudo atuarial detalhado, levantamento do passivo atuarial dos servidores ativos e inativos e indicará as possíveis fontes de recursos para financiar esse passivo.

*Apesar do Fundo Previdenciário ainda não ter sido instituído foi realizada pela CAIXA SEGUROS a sua modelagem contendo o estudo atuarial dos servidores, conforme estabelece o Ofício SEF/GABS/Nº020/01 de 30 de Maio de 2001, dando cumprimento ao compromisso assumido.*

### Ações

1) Contenção do crescimento vegetativo da folha de pagamento da Administração Direta e Indireta. Isso poderá ser viabilizado por meio do Projeto de Lei Complementar para cristalização da remuneração dos servidores públicos que objetiva eliminar concessões de gratificação, incorporações e vantagem do salário do servidor ;

*Projeto de lei ainda não apreciado. Paralelamente o Estado instituiu grupo de trabalho cujo objetivo é elaborar a compactação e consolidação da legislação de recursos humanos*

2) Criação de novo plano de carreira para o Magistério, com eliminação de benefícios como prêmio assiduidade e reformulação de contagem de tempo de serviço;

*Ainda não foi criado.*

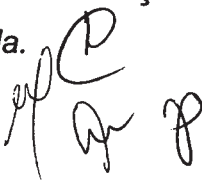
3) Elevação dos percentuais de contribuição previdenciária dos servidores públicos estaduais ativos.

*A alíquota não foi alterada.*

4) Redução das despesas com cargos em comissão e funções gratificadas pelo não preenchimento dos 269 cargos em comissão que deixaram de ser providos em 1999;

*Segundo a Secretaria de Administração os cargos não foram providos. Não há cálculo sobre a economia realizada.*

5) Exoneração de servidores;



*Não foram realizadas exonerações com objetivo de adequação a LC 96/99.*

6) Não substituição de servidores aposentados ou exonerados, exceto nas áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública;

*Houve contratações temporárias e nas áreas de Saúde, Educação e Segurança. Foram nomeados ainda 50 agentes prisionais em 2000.*

7) A terceirização de serviços, como é o caso, por exemplo da Assistência Técnica e Extensão Rural.

*A EPAGRI não foi extinta e o Governador pretende revitalizá-la.*

8) Reduzirá ainda os repasses para pagamento de pessoal da Administração Indireta.

*Os repasses para pagamento de pessoal da Administração Indireta caíram de R\$ 187 para R\$ 182 milhões, ou seja, queda real de 14,5%.*

9) Adequação do contingente de servidores públicos, em decorrência da implantação da reforma administrativa;

*Não houve redução no contingente de servidores, mas o propósito do Estado é só conceder reajustes e realizar novas contratações com base no aumento de receitas, de modo a cumprir a LC 101.*

10) Adotar uma política salarial de não conceder aumentos que impliquem em descumprimento da Lei Complementar nº 96/99;

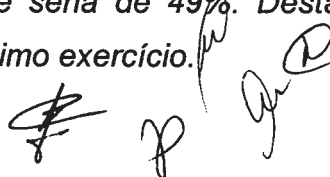
*Não foram concedidos reajustes.*

11) Envidar esforços direcionados à sensibilização dos outros Poderes de Estado, bem como do Ministério Público, no sentido de uma maior racionalização dos respectivos gastos com pessoal, além de definir critérios objetivos de repasse de recursos;

*Aparentemente não houve avanços neste item (despesa cresceu 11,33%, em termos nominais).*

12) Estrito cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, em via de aprovação pelo Congresso Nacional

*O Estado ainda não se adequou aos limites da LC 101. Segundo informações da Secretaria de Fazenda, o Poder Executivo encerrou 2000, comprometendo 52,03% da receita corrente líquida com pessoal, quando o limite seria de 49%. Destaque-se contudo que houve evolução positiva significativa no último exercício.*



**OUTRAS OBSERVAÇÕES**


---

Não há

**CONCLUSÃO PRELIMINAR**

---

O Estado CUMPRIU a Meta.

Handwritten signatures in black ink, appearing to be initials or names, located to the right of the text 'O Estado CUMPRIU a Meta.'

#### **META 4: ARRECAÇÃO DE RECEITAS PRÓPRIAS**

META ESTABELECIDADA		RESULTADO ALCANÇADO	
SEM AJUSTE	COM AJUSTE	SEM AJUSTE	COM AJUSTE
4,0%	4,5%	9,22%	9,78%

#### **ASPECTOS CONSIDERADOS NO ESTABELECIMENTO DA META**

- 1) Para compor a meta do Programa foram consideradas somente as receitas tributárias.
- 2) A meta foi estabelecida considerando-se que o crescimento real da receita tributária seria no mínimo igual ao crescimento real da economia. Assim, sobre os valores realizados do ano de 1999, incidiram os parâmetros de PIB estadual e nacional que foram estimados em 4% e a taxa média de inflação doméstica estimada em 9,29%. Assim, obteve-se um crescimento real de no mínimo 4%.

#### **AJUSTES EFETUADOS NA META ESTABELECIDADA**

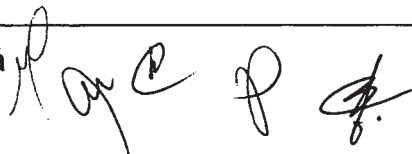
- 1) Foram revistos os parâmetros e substituídos pelos realizados o que resultou numa taxa de crescimento real de receita própria de no mínimo 4,5%.

#### **ASPECTOS CARACTERÍSTICOS DO RESULTADO ALCANÇADO**

- 1) O crescimento de 9,78% na arrecadação das receita tributárias em 2000 superou a meta ajustada em R\$ 143 milhões.
- 2) A arrecadação das receitas tributárias cresceram de R\$ 2.357,6 em 1999 para R\$ 2.944,4 em 2000. Este incremento deveu-se ao crescimento real do ICMS de 6,87% e do IPVA de 17,95%.

#### **AJUSTES EFETUADOS NO RESULTADO ALCANÇADO**

Não há





## PROVÁVEIS FATORES CONDICIONANTES E DETERMINANTES DO RESULTADO ALCANÇADO

---

- 1) Atualização da tabela de base de cálculo do IPVA.
- 2) Diversas medidas administrativas tais como: reativação de postos fiscais, direcionamento da atividade fiscal para a fiscalização e combate a sonegação, , realização de operações especiais de fiscalização.
- 3) Simplificação da legislação tributária com a implantação do SIMPLES/SC, do REFIS/SC e do Controle das Transferências de Crédito.
- 3) As ações de modernização da Administração Tributária pela implantação do PNAFE.

## OBSERVAÇÕES RELATIVAS AS AÇÕES ASSOCIADOS À META

---

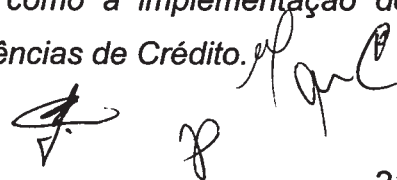
- 1) Dar continuidade ao Programa de Fortalecimento e Modernização da Área Fiscal do Estado PNAFE;

*O PNAFE encontra-se em execução no Estado. Para os próximos dois anos estão previstos liberações de recursos de cerca de R\$ 30 milhões. O Programa favoreceu o aumento na arrecadação própria do Estado por meio das seguintes ações: a - capacitação de quase todo o corpo Funcional da Secretaria de Fazenda; b – integração do Estado ao SINTEGRA- Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços - facilitando o fornecimento de informações dos contribuintes ao fisco estadual e aprimorando o fluxo de dados nas administrações tributárias e entre as mesmas; c - implantação do sistema de captura e cotejamento via internet dos dados das notas fiscais , previstos pelo convênio ICMS 57/95; d – aquisição de equipamentos e mobiliário adequado visando atender ao contribuinte de forma mais eficiente.*

- 2) Racionalizar e atualizar os mecanismos de controle do sistema de arrecadação própria, bem como criar novos e efetivos instrumentos que busquem otimizar a fiscalização nas fronteiras e maior eficácia do sistema de controle de arrecadação de tributos estaduais;

*Foram implementadas diversas ações com o objetivo de intensificar fiscalização tais como: operação verão, operação ECF, operação presença fiscal e operação presença norte.*

*Foram feitas ainda importantes mudanças legislativas como a implementação do SIMPLES/SC , do REFIS/SC e do Controle das Transferências de Crédito.*



3) Reduzir o estoque de débitos fiscais, mediante o aprimoramento da cobrança na esfera administrativa e judicial, utilizando o protesto na falta de pagamento da Certidão de Dívida Ativa, de acordo com Provimento nº 67/99, da Corregedoria Geral de Justiça;

*Foi implantado Programa de Recuperação Fiscal que proporcionou o parcelamento em até 120 meses dos débitos com dívida ativa.*

4) Estimular o recolhimento espontâneo do imposto, por meio da melhoria no atendimento e orientação ao contribuinte e da ação fiscal setorial e preventiva;

*Aparentemente não houve avanços*

5) Adotar procedimentos que viabilizem a efetiva aplicação das punições previstas no sistema penal tributário.

*Aparentemente não houve avanços*

#### **OUTRAS OBSERVAÇÕES**

---

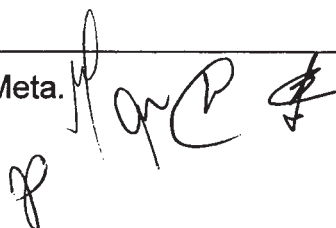
1) O resultado sem ajuste diverge do com ajuste na composição da Meta. Enquanto o primeiro considera as receitas próprias em sua totalidade o com ajuste considera somente as receitas tributárias.

2) Dentre os benefícios concedidos pelo Estado às empresas destaca-se o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense – PRODEC. É importante explicitar, que de acordo com o Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do ano de 1999, o Estado desde 1996 não apropria como receita orçamentária os valores do PRODEC/ICMS alegando estar se fundamentando na legislação do PRODEC. Em 1998 esta receita montou em R\$ 32,8 milhões em 1999 R\$ 52,7 milhões que não foram registrados nos Balanços do Estado nestes anos.

#### **CONCLUSÃO**

---

O Estado CUMPRIU a Meta.

Handwritten signature and initials in black ink, appearing to be 'P. Q. C.' with a flourish.

## **META 5: REFORMA DO ESTADO**

META ESTABELECIDA		RESULTADO ALCANÇADO	
SEM AJUSTE	COM AJUSTE	SEM AJUSTE	COM AJUSTE
R\$ 495 milhões		R\$ 572 milhões	

### **ASPECTOS CONSIDERADOS NO ESTABELECIMENTO DA META**

- 1) Para a quantificação da meta foi considerado somente a privatização do BESC - Banco do Estado de Santa Catarina.
- 2) O resultado econômico – financeiro da Reforma do Estado seria utilizado na constituição de um Fundo de Aposentadoria e no pagamento dívidas junto à União.

### **AJUSTES EFETUADOS NA META ESTABELECIDA**

Não há

### **ASPECTOS CARACTERÍSTICOS DO RESULTADO ALCANÇADO**

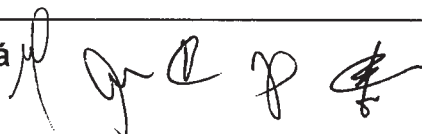
- 1) Em agosto de 2000 foi recebida a primeira parcela do financiamento da União ao Estado destinado ao aumento de capital do BESC, concomitantemente, o Estado vendeu o total de suas ações à União pelo valor de R\$ 572,104 milhões, cumprindo assim a transferência do controle acionário para à União.

### **AJUSTES EFETUADOS NO RESULTADO ALCANÇADO**

Não há

### **PROVÁVEIS FATORES CONDICIONANTES E DETERMINANTES DO RESULTADO ALCANÇADO**

Não há



## OBSERVAÇÕES RELATIVAS A AÇÕES ASSOCIADOS À META

---

### 1) Privatização do Banco do Estado de Santa Catarina – BESC.

*O Banco foi federalizado pela transferência do controle acionário para a União, será no decorrer de 2001 privatizado.*

### 2) Readequação da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN.

*Foi avaliada uma nova modelagem em parceria com o IPEA para implantação de novos modelos de gestão dos recursos hídricos, os estudos prosseguem no decorrer de 2001.*

### 3) Remodelagem da Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC.

*Durante o ano de 2000 foi realizado seminários de caráter técnico com o objetivo de definir uma nova modelagem jurídica e operacional para a Empresa, portanto o processo não foi concluído.*

### 4) Parceirização na Companhia de Abastecimento e de Armazéns Gerais do Estado – CEASA

*Não foi realizada.*

### 5) Modernização da Administração do Porto de São Francisco do Sul.

*Foi dada continuidade às ações de modernização do porto e às parcerias com a iniciativa privada, “destaque para o convênio com a USINOR que tão logo comece a operar agregará mais um milhão de toneladas com a utilização do Berço 201 já construído.”*

### 6) Transformação do Instituto de Previdência do Estado – IPESC.

*Não foi realizado.*

### 7) Transformação da COHAB.

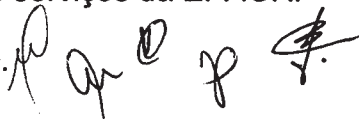
*Foi realizado a partir da venda da carteira imobiliária para a CEF, deixando de funcionar como agente financeiro imobiliário e passando a atuar como agente promotor da política habitacional do Estado.*

### 8) Transformação da Santa Catarina Turismo S.A – SANTUR.

*Não foi concluída a remodelagem.*

### 9) Terceirização dos serviços da EPAGRI –

*Não foi realizado.*



10) Recadastramento do Patrimônio Imobiliário.

*Foi realizado o cadastramento.*

**OUTRAS OBSERVAÇÕES**

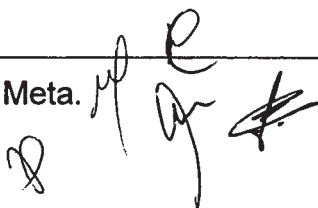
---

Não há

**CONCLUSÃO**

---

O Estado cumpriu a Meta.

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large 'E' and several other stylized marks.

## **META 6:RELAÇÃO INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL**

META ESTABELECIDA		RESULTADO ALCANÇADO	
SEM AJUSTE	COM AJUSTE	SEM AJUSTE	COM AJUSTE
7%	7%	9%	2%

### **ASPECTOS CONSIDERADOS NO ESTABELECIMENTO DA META**

- 1) A meta foi estabelecida considerando-se os valores de investimento realizados somente pela Administração Direta e custeados com recursos do tesouro.
- 2) As operações de crédito anunciadas no exercício de 1999 e em fase de contratação junto ao BID e BIRD para MICROBACIAS II e PRODETUR já estavam incluídos no exercício da assinatura do Programa.

### **AJUSTES EFETUADOS NA META ESTABELECIDA**

- 1) As despesas de investimento foram programadas de modo a respeitar as metas de resultado primário necessárias para o cumprimento do serviço da dívida.

### **ASPECTOS CARACTERÍSTICOS DO RESULTADO ALCANÇADO**

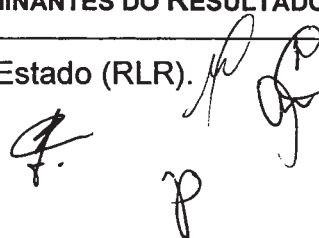
- 1) Os investimentos considerando apenas aqueles realizados pela Administração Direta com recursos do Tesouro cresceram de R\$15 milhões em 1999 para R\$ 48 milhões em 2000.

### **AJUSTES EFETUADOS NO RESULTADO ALCANÇADO**

Não há

### **PROVÁVEIS FATORES CONDICIONANTES E DETERMINANTES DO RESULTADO ALCANÇADO**

- 1) O crescimento da Receita Líquida Real do Estado (RLR).

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature on the right and several smaller initials or marks below it.



**OBSERVAÇÕES RELATIVAS AS AÇÕES ASSOCIADAS À META**

---

Não há

**OUTRAS OBSERVAÇÕES**

---

Não há

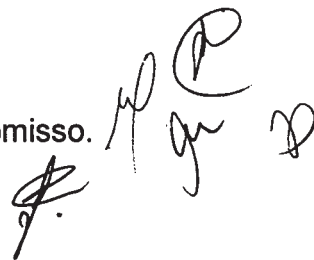
**CONCLUSÃO**

---

O Estado **CUMPRIU** a Meta.

**CONCLUSÕES**

O Estado **CUMPRIU** todas as metas e o compromisso.

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature and several smaller initials.

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - PLANILHA GERENCIAL

ANEXO À NOTA TÉCNICA STN/COREM Nº /02

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000		2000 - 1999	2000 - R\$ MILHÕES		2000 - VARIÇÃO %		
	REALIZADO	METAS ORIGINAIS	METAS AJUSTADAS		REALIZADO	REALIZADO - ORIGINAL	REALIZADO - AJUSTADO	REALIZADO / ORIGINAL	REALIZADO / AJUSTADO
1 I - Receita Bruta (exclui financ. e privat.)	3.037	3.429	3.573	3.724	688	295	151	8,60	4,23
2 FPE	155	173	173	183	29	11	11	6,17	6,17
3 Outras transferências	458	504	523	529	71	25	6	4,90	1,15
4 Receitas próprias	2.424	2.753	2.878	3.012	588	260	135	9,43	4,68
5 ICMS	2.224	2.528	2.643	2.704	480	176	61	6,96	2,30
6 Outras	200	225	235	309	108	84	74	37,20	31,41
7 d/q Contribuição à aposentadoria	0	0	0	0	0	0	0		
8 II- Transferências a Municípios	709	740	773	870	161	130	96	17,59	12,47
9 Receitas Líquidas (exclui fin. e privat)	2.327	2.690	2.800	2.854	527	165	55	6,13	1,96
10 Receita Líquida Real-RLR	1.899	2.127	2.170	2.328	430	201	158	9,45	7,28
11 IV-Despesas	1.920	2.281	2.293	2.253	333	(28)	(41)	(1,22)	(1,77)
12 Pessoal e encargos (total)	1.654	1.852	1.852	1.871	217	19	19	1,01	1,01
13 Executivo (adm. direta)	755	793	793	773	17	(20)	(20)	(2,56)	(2,56)
14 Poderes (adm. direta)	180	189	189	199	19	10	10	5,33	5,33
15 Executivo (adm. indireta)	187	196	196	182	(5)	(15)	(15)	(7,47)	(7,47)
16 Inativos e Pensionistas	468	607	607	603	135	(4)	(4)	(0,59)	(0,59)
17 Outras despesas de pessoal	63	67	67	114	50	47	47	70,76	70,56
18 OCC(exceto financeiras)	266	428	441	382	116	(47)	(59)	(10,87)	(13,42)
19 Investimentos	15	145	145	48	33	(97)	(97)	(67,02)	(67,02)
20 Demais despesas de Capital	(0)	(0)	(0)	17	17	17	17	(11.777,93)	(11.269,66)
21 Sentenças Judiciais	18	20	21	4	(14)	(16)	(17)	(80,08)	(80,95)
22 Outras despesas Correntes	233	263	275	313	79	49	38	18,80	13,73
23 d/q despesas privatização e PDV			0	0	0	0	0		
24 V - Resultado Primário	408	409	506	602	194	193	95	47,08	18,83
25 a) d/q Investimentos c/ recursos de privat.	0	0	0	0	0	0	0		
26 VI - Resultado Primário Estrutural (exclui a)	408	409	506	602	194	193	95	47,08	18,83
27 VII- Juros da dívida (líquido devido)	138	169	219	219	81	50	0	29,82	0,00
28 Intralimite	108	148	120	120	12	(28)	0	(18,95)	0,00
29 Extralimite (exclui rec. financeira)	31	21	99	99	69	78	0	377,95	0,00
30 VIII- Necessidade Financiamento Líquida	(269)	(240)	(287)	(382)	(113)	(142)	(95)	59,22	33,22
31 IX- Amortizações (devidas)	423	3.263	1.533	1.533	1.110	(1.730)	0	(53,01)	0,00
32 Intralimite	140	128	171	171	31	43	0	33,17	0,00
33 Extralimite	283	3.134	1.362	1.362	1.079	(1.772)	0	(56,54)	0,00
34 Conta gráfica	0	495	565	565	565	70	0	14,14	0,00
35 Resgate de Debêntures	0	0	0	0	0	0	0		
36 Fin. Saneamento Bancos Estaduais	266	2.366	780	780	514	(1.586)	0		
37 Outras Amortizações	17	273	17	17	0	(256)	0	(93,74)	0,00
38 X-Capitalização do FAP	540	0	0	0	(540)	0	0		
39 XI-Reserva de contingência	0	0	0	0	0	0	0		
40 XII - Necess. Financiamento Bruta	694	3.023	1.246	1.151	457	(1.872)	(95)	(61,92)	(7,65)
41 Alienação de Bens/Concessões/Privat.	0	495	572	572	572	77	0	15,52	0,00
42 Operação de Crédito Interna	808	2.507	879	879	70	(1.628)	0	(64,96)	0,00
43 d/q Fin. Saneamento Bancos Estaduais	266	2.366	780	780	514	(1.586)	0		
44 Operações de Crédito Externa	16	20	16	16	0	(4)	0	(21,49)	0,00
45 XIII - Atrasos/deficiência financeira	(131)	0	(220)	(316)	(185)	(316)	(95)		43,26
46									
47 Receita Corrente Líquida (fonte tesouro)	2.344	2.709	2.820	2.879	535	170	59	6,27	2,10
## Pessoal / RCL (fonte tesouro)	70,55	68,37	65,68	64,98					
51 36.999									

*[Handwritten signatures and initials]*

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DAS RELAÇÕES E ANÁLISE FINANCEIRA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Realizado 1997 a 1999 e Projetado para 2000 a 2002

ANEXO À NOTA TÉCNICA STN/COREM Nº /03

ESTADO: SANTA CATARINA

correção das metas

R\$Milhões

DISCRIMINAÇÃO	1997	%RLR-97	1998	%RLR-98	1999	%RLR-99	2000	%RLR-00	2001	%RLR-01	2002	%RLR-02
I - Receita Bruta (exclui financ. e privat.)	2.776		2.770		3.037		3.573		3.906		4.241	
FPE	125		140		155		173		189		206	
Outras transferências	415		434		458		523		551		572	
Receitas próprias	2.236		2.196		2.424		2.878		3.165		3.463	
ICMS	1.981		1.963		2.224		2.643		2.910		3.188	
Outras	254		233		200		235		255		275	
d/q Contribuição à aposentadoria	0		0		0		0		0		0	
II- Transferências a Municípios	641		631		709		773		852		933	
III- Receitas Líquidas (exclui fin. e privat)	2.135		2.139		2.327		2.800		3.054		3.308	
Receita Líquida Real-RLR	2.075		2.123		1.899		2.170		2.495		2.714	
IV-Despesas	2.084	100	2.051	97	1.920	101	2.293	106	2.340	94	2.453	90
Pessoal e encargos (total)	1.504	72	1.677	79	1.654	87	1.852	85	1.945	78	2.042	75
Executivo (adm. direta)	676	33	770	36	755	40	793	37	833	33	875	32
Poderes (adm. direta)	161	8	174	8	180	9	189	9	198	8	208	8
Executivo (adm. indireta)	167	8	168	8	187	10	196	9	206	8	217	8
Inativos e Pensionistas	482	23	544	26	468	25	607	28	637	26	669	25
Outras despesas de pessoal	19	1	21	1	63	3	67	3	70	3	74	3
OCC(exceto financeiras)	580	28	375	18	266	14	441	20	396	16	411	15
Investimentos	44	2	53	3	15	1	145	7	73	3	60	2
Demais despesas de Capital	141	7	26	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Sentenças Judiciais	16	1	25	1	18	1	21	1	23	1	25	1
Outras despesas Correntes	379	18	271	13	233	12	275	13	300	12	325	12
d/q despesas privatização e PDV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
V - Resultado Primário	51	2	87	4	408	21	506	23	714	29	856	32
a) d/q Investimentos c/ recursos de privat.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VI - Resultado Primário Estrutural (exclui a)	51	2	87	4	408	21	506	23	714	29	856	32
VII- Juros da dívida (líquido devido)	386	19	306	14	138	7	219	10	220	9	245	9
Intralimite	107	5	145	7	108	6	120	6	203	8	224	8
Extralimite (exclui rec. financeira)	279	13	162	8	31	2	99	5	17	1	21	1
VIII-Necessidade Financiamento Líquida	335	16	219	10	-269	-14	-287	-13	-494	-20	-610	-22
IX- Amortizações (devidas)	413	20	215	10	423	22	1.533	71	507	20	164	6
Intralimite	74	4	122	6	140	7	171	8	123	5	131	5
Extralimite	339	16	93	4	283	15	1.362	63	383	15	33	1
Conta gráfica	0	0	0	0	0	0	565	26	0	0	0	0
Resgate de Debêntures	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fin. Saneamento Bancos Estaduais	0	0	0	0	266	14	780	36	0	0	0	0
Outras Amortizações	339	16	93	4	17	1	17	1	383	15	33	1
X-Capitalização do FAP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
XI-Reserva de contingência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
XII - Necess. Financiamento Bruta	748	36	434	20	154	8	1.246	57	13	1	-447	-16
Alienação de Bens/Concessões/Privat.	8	0	33	2	0	0	572	26	0	0	0	0
Operação de Crédito Interna	576	28	107	5	269	14	879	40	30	1	0	0
d/q Fin. Saneamento Bancos Estaduais	0	0	0	0	266	14	780	36	0	0	0	0
Operações de Crédito Externa	33	2	45	2	16	1	16	1	92	4	108	4
XIII - Atrasos/deficiência financeira	131	6	250	12	-131	-7	-220	-10	-108	-4	-555	-20
Receita Corrente Líquida (fonte tesouro)	2.176		2.150		2.344		2.820		3.077		3.334	
Compromet. da Rec. Corr. Líq.(fonte tesouro) c/ Pessoal	69,11%		69,96%		70,55%		65,68%		63,21%		61,25%	

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DAS RELAÇÕES E ANÁLISE FINANCEIRA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Realizado 1997 a 2000 e Projetado para 2001 e 2002

ANEXO À NOTA TÉCNICA STN/COREM Nº /04

ESTADO: SANTA CATARINA direta+ pessoal R\$Milhões

DISCRIMINAÇÃO	1997	%RLR-97	1998	%RLR-98	1999	%RLR-99	2000	%RLR-00	2001	%RLR-01	2002	%RLR-02
I - Receita Bruta (exclui financ. e privat.)	2.776		2.770		3.037		3.724		4.075		4.426	
FPE	125		140		155		183		201		219	
Outras transferências	415		434		458		529		560		581	
Receitas próprias	2.236		2.196		2.424		3.012		3.314		3.626	
ICMS	1.981		1.963		2.224		2.704		2.977		3.261	
Outras	254		233		200		309		336		365	
d/q Contribuição à aposentadoria	0		0		0		0		0		0	
II- Transferências a Municípios	641		631		709		870		883		968	
III- Receitas Líquidas (exclui fin. e privat.)	2.135		2.139		2.327		2.854		3.191		3.458	
Receita Líquida Real-RLR	2.075		2.123		1.899		2.328		2.495		2.713	
IV-Despesas	2.084	100	2.051	97	1.920	101	2.253	97	2.383	96	2.479	91
Pessoal e encargos (total)	1.504	72	1.677	79	1.654	87	1.871	80	1.946	78	2.024	75
Executivo (adm. direta)	676	33	770	36	755	40	773	33	804	32	836	31
Poderes (adm. direta)	161	8	174	8	180	9	199	9	207	8	215	8
Executivo (adm. indireta)	167	8	168	8	187	10	182	8	189	8	197	7
Inativos e Pensionistas	482	23	544	26	468	25	603	26	628	25	653	24
Outras despesas de pessoal	19	1	21	1	63	3	114	5	119	5	123	5
OCC(exceto financeiras)	580	28	375	18	266	14	382	16	437	18	455	17
Investimentos	44	2	53	3	15	1	48	2	73	3	60	2
Demais despesas de Capital	141	7	26	1	0	0	17	1	19	1	21	1
Sentenças Judiciais	16	1	25	1	18	1	4	0	4	0	5	0
Outras despesas Correntes	379	18	271	13	233	12	313	13	341	14	370	14
d/q despesas privatização e PDV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
V - Resultado Primário	51	2	87	4	408	21	602	26	809	32	979	36
a) d/q investimentos c/ recursos de privat.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VI - Resultado Primário Estrutural (exclui a)	51	2	87	4	408	21	602	26	809	32	979	36
VII- Juros da dívida (líquido devido)	386	19	306	14	138	7	219	9	210	8	234	9
Intralimite	107	5	145	7	108	6	120	5	196	8	217	8
Extralimite (exclui rec. financeira)	279	13	162	8	31	2	99	4	13	1	18	1
VIII-Necessidade Financiamento Líquida	335	16	219	10	-269	-14	-382	-16	-599	-24	-745	-27
IX- Amortizações (devidas)	413	20	215	10	423	22	1.533	66	514	21	171	6
Intralimite	74	4	122	6	140	7	171	7	128	5	136	5
Extralimite	339	16	93	4	283	15	1.362	59	386	15	35	1
Conta gráfica	0	0	0	0	0	0	565	24	0	0	0	0
Resgate de Debêntures	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fin. Saneamento Bancos Estaduais	0	0	0	0	266	14	780	33	0	0	0	0
Outras Amortizações	339	16	93	4	17	1	17	1	386	15	35	1
X-Capitalização do FAP	0	0	0	0	540	28	0	0	0	0	0	0
XI-Reserva de contingência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
XII - Necess. Financiamento Bruta	748	36	434	20	694	37	1.151	49	-85	-3	-574	-21
Alienação de Bens/Concessões/Privat.	8	0	33	2	0	0	572	25	0	0	0	0
Operação de Crédito Interna	576	28	107	5	808	43	879	38	0	0	0	0
d/q Fin. Saneamento Bancos Estaduais	0	0	0	0	266	14	780	33	0	0	0	0
Operações de Crédito Externa	33	2	45	2	16	1	16	1	99	4	119	4
XIII - Atrasos/deficiência financeira	131	6	250	12	-131	-7	-316	-14	-184	-7	-693	-26
Receita Corrente Líquida (fonte tesouro)	2.176		2.150		2.344		2.879		3.219		3.489	
Compromet. da Rec. Corr. Líq.(fonte tesouro) c/ Pessoal	69,11%		69,96%		70,55%		64,98%		60,45%		58,01%	

## PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL

Realizado 1998 a 2000 e Projetado para 2001 a 2003

ANEXO À NOTA TÉCNICA STN/COREM Nº

/05

ESTADO: SANTA CATARINA

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MILHÕES						% RECEITA LÍQUIDA REAL					
	1.998	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003	1.998	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003
<b>I - RECEITA BRUTA</b>	<b>2.770</b>	<b>3.037</b>	<b>3.724</b>	<b>4.186</b>	<b>4.443</b>	<b>4.635</b>	<b>146</b>	<b>149</b>	<b>149</b>	<b>148</b>	<b>148</b>	<b>148</b>
Receitas de Transferências	574	612	712	784	837	812	30	30	28	28	28	26
FPE	140	155	183	201	211	227	7	8	7	7	7	7
Outras	434	458	529	583	627	585	23	23	21	21	21	19
Receitas de Arrecadação Própria	2.196	2.424	3.012	3.402	3.606	3.822	116	119	120	120	120	122
ICMS	1.963	2.224	2.704	3.060	3.240	3.420	104	109	108	108	108	109
Outras	233	200	309	342	366	402	12	10	12	12	12	13
<b>II - DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS</b>	<b>606</b>	<b>687</b>	<b>842</b>	<b>925</b>	<b>985</b>	<b>1.047</b>	<b>32</b>	<b>34</b>	<b>34</b>	<b>33</b>	<b>33</b>	<b>33</b>
<b>III - RECEITA LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>2.164</b>	<b>2.350</b>	<b>2.883</b>	<b>3.261</b>	<b>3.458</b>	<b>3.588</b>	<b>114</b>	<b>116</b>	<b>115</b>	<b>115</b>	<b>115</b>	<b>115</b>
<b>IV - DESPESA NÃO FINANCEIRA</b>	<b>2.354</b>	<b>2.032</b>	<b>2.529</b>	<b>2.684</b>	<b>2.912</b>	<b>3.125</b>	<b>124</b>	<b>100</b>	<b>101</b>	<b>95</b>	<b>97</b>	<b>100</b>
Pessoal	1.679	1.651	1.871	1.955	2.043	2.135	89	81	75	69	68	68
Executivo (Adm Direta)	756	742	773	808	844	882	40	36	31	28	28	28
Executivo (Adm Indireta)	167	187	182	190	199	207	9	9	7	7	7	7
Demais Poderes	172	178	199	208	217	227	9	9	8	7	7	7
Inativos e Pensionistas	562	480	603	631	659	689	30	24	24	22	22	22
Outras	22	64	114	119	125	130	1	3	5	4	4	4
OCC	675	381	658	728	869	990	36	19	26	26	29	32
Investimentos	155	61	188	209	311	391	8	3	7	7	10	13
Demais Despesas de Capital	165	5	26	29	31	34	9	0	1	1	1	1
Sentenças Judiciais	25	18	4	4	5	5	1	1	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	331	298	440	486	522	560	17	15	18	17	17	18
<b>V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)</b>	<b>-191</b>	<b>318</b>	<b>354</b>	<b>577</b>	<b>546</b>	<b>462</b>	<b>-10</b>	<b>16</b>	<b>14</b>	<b>20</b>	<b>18</b>	<b>15</b>
<b>VI - Juros da dívida (líquido devido)</b>	<b>306</b>	<b>226</b>	<b>239</b>	<b>244</b>	<b>296</b>	<b>357</b>	<b>16</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>
Intralimite	145	108	140	235	286	301	8	5	6	8	10	10
Extralimite (deduzidas de Rec Financeiras)	162	118	99	9	10	57	9	6	4	0	0	2
<b>VII - Necessidade Financiamento Líquida (V - VI)</b>	<b>497</b>	<b>-92</b>	<b>-115</b>	<b>-334</b>	<b>-250</b>	<b>-105</b>	<b>26</b>	<b>-5</b>	<b>-5</b>	<b>-12</b>	<b>-8</b>	<b>-3</b>
<b>VIII - Amortizações de Dívida</b>	<b>215</b>	<b>423</b>	<b>1.513</b>	<b>3.389</b>	<b>167</b>	<b>190</b>	<b>11</b>	<b>21</b>	<b>60</b>	<b>119</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
Intralimite	122	140	171	146	132	139	6	7	7	5	4	4
Extralimite	93	283	1.342	3.243	35	52	5	14	54	114	1	2
Conta gráfica	0	0	545	0	0	0	0	0	22	0	0	0
Financ Saneamento Bancos Estaduais	0	266	780	2.103	0	0	0	13	31	74	0	0
Outras Amortizações	93	17	17	1.141	35	52	5	1	1	40	1	2
<b>IX - Capitalização de Fundos Previdenciários</b>	<b>0</b>	<b>540</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>27</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>X - Nec Financ Bruta (VII + VIII + IX)</b>	<b>712</b>	<b>871</b>	<b>1.398</b>	<b>3.056</b>	<b>-83</b>	<b>85</b>	<b>38</b>	<b>43</b>	<b>56</b>	<b>108</b>	<b>-3</b>	<b>3</b>
Fontes de Financiamento	185	938	1.467	3.113	113	147	10	46	59	110	4	5
Alienação de Ativos	33	0	572	1.000	0	0	2	0	23	35	0	0
Operações de Crédito	152	938	895	2.113	113	147	8	46	36	74	4	5
Internas	107	922	879	2.113	22	0	6	45	35	74	1	0
d/q Financ Saneam Bcos Estaduais	0	266	780	2.103	0	0	0	13	31	74	0	0
Externas	45	16	16	0	91	147	2	1	1	0	3	5
<b>XII - Atrasos/Deficiência (X - XI)</b>	<b>528</b>	<b>-67</b>	<b>-69</b>	<b>-57</b>	<b>-196</b>	<b>-62</b>	<b>28</b>	<b>-3</b>	<b>-3</b>	<b>-2</b>	<b>-7</b>	<b>-2</b>

Receita Líquida Real-RLR	1.894	2.033	2.506	2.837	3.009	3.125
Receita Corrente Líquida (Fonte Tesouro)	2.159	2.344	2.879	3.257	3.454	3.584
Despesa com Pessoal/RCL (Fonte Tesouro)	77,76%	70,41%	64,99%	60,03%	59,15%	59,58%

## ESTOQUE DE DÍVIDA

ESTADO: SANTA CATARINA

ANEXO À NOTA TÉCNICA STN/COREM Nº

/06

ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Valores em mil Reais

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADO	PROJEÇÃO ORIGINAL	PROJEÇÃO CORRIGIDA	REALIZADO	REALIZADO
	Dez-99 31.12.99	Dez-00 31.12.99	Dez-00 31.12.99	Dez-00 31.12.00	Dez-00 31.12.99
<b>1 - Dívida Fundada Total</b>	5.817.252	6.645.083	5.686.765	6.165.273	5.614.967
<b>1.1 - Fundada Interna</b>	5.459.248	6.295.338	5.368.166	5.796.350	5.278.974
<b>1.1.1 - Contratual</b>	4.522.361	5.996.071	4.822.628	5.175.430	4.713.476
- União	4.025.914	5.996.071	4.326.181	4.617.121	4.205.002
BIB	2.705	-	-	-	-
BEA	5.902	5.624	5.141	5.343	4.866
Clube de Paris	76.690	81.509	74.517	78.569	71.556
DMLP	594.216	550.804	530.546	561.542	511.419
Lei 7.976/89	-	-	-	-	-
Parc. FGTS até 31/03/96	-	-	-	-	-
Parc. FGTS após 31/03/96	-	-	-	-	-
Parc. INSS até 01/12/92	-	-	-	-	-
Parc. INSS após 01/12/92	-	-	-	-	-
Lei 8.727/93	674.999	646.698	646.698	663.736	604.492
Lei 9496/97	2.652.177	4.666.735	3.052.404	3.289.621	2.995.992
CEF/VOTO 162	-	-	-	-	-
CEF (outras)	4.165	35.328	7.502	7.223	6.578
Parcelamento - PIS/PASEP	-	-	-	-	-
B.Brasil	-	-	-	-	-
BNDES	15.060	9.373	9.373	11.087	10.097
Outros Bancos Federais	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-
- Outras Dívidas Contratuais	496.447	-	496.447	558.309	508.475
Bancos Estaduais	-	-	-	-	-
Bancos Privados	-	-	-	-	-
Outras	496.447	-	496.447	558.309	508.475
<b>1.1.2 - Mobiliária Interna</b>	936.887	299.267	545.538	620.920	565.497
<b>1.2 - Fundada Externa</b>	358.004	349.745	318.599	368.923	335.993
<b>1.2.1 - Contratual</b>	358.004	349.745	318.599	368.923	335.993
Sem aval do Tesouro Nacional	6.218	4.561	4.169	4.647	4.232
Com aval do TN até 30/09/91	109.087	88.258	80.687	90.520	82.440
Com aval do TN após 30/09/91	242.699	256.926	233.743	273.756	249.321
<b>1.2.2 - Mobiliária Externa</b>	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DA DIRETA</b>	5.817.252	6.645.083	5.686.765	6.165.273	-
<b>DÍVIDA FINANCEIRA</b>	5.817.252	6.645.083	5.686.765	6.165.273	-
<b>RLR</b>	-	2.096.679	2.043.732	2.573.914	-
<b>DÍVIDA/RLR</b>	-	3,17	2,78	2,40	-

INFLAÇÃO ACUM. JAN / DEZ 2000	9,8%
SELIC ACUM. JAN / DEZ 2000	17,4%
SELIC DEFLACIONADO	7,0%
Δ XAMBIAA 31.12.99 / 31.12.00	9,3%





**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL**

Ofício STN/COREM nº 2358

Brasília, 09 de maio de 2001.

Senhor Governador,

Nos termos do Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 012/98 STN/COAFI e do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado de Santa Catarina, firmados em 31/03/98 e 31/01/00, respectivamente, o relatório de avaliação do cumprimento das metas para 2000 do referido Programa revelou as seguintes conclusões:

- a) Meta nº 1: alcançar relação dívida financeira / receita líquida real limitada a 2,78. O Estado cumpriu a meta apresentando em 31 de dezembro de 2000 relação igual a 2,40.
- b) Meta nº 2: alcançar resultado primário superavitário reajustado de R\$ 506 milhões. O Estado cumpriu a meta ao realizar resultado primário superavitário de R\$ 602 milhões.
- c) Meta nº 3: limitar a despesa com pessoal a 66% da Receita Corrente Líquida. O Estado cumpriu a meta ao apresentar relação despesa com pessoal / receita corrente líquida igual a 65%.
- d) Meta nº 4: alcançar crescimento real da receita tributária à taxa anual de 4%. O Estado cumpriu a meta ao apresentar o crescimento real na receita tributária à taxa anual de 9,8%.
- e) Meta nº 5: alienar ativos no montante mínimo de R\$ 495 milhões. O Estado cumpriu a meta ao apresentar receitas de alienação no montante de R\$ 572 milhões.

À Sua Excelência o Senhor  
**ESPERIDIÃO AMIM HELOU FILHO**  
Governador do Estado de Santa Catarina

- f) Meta nº 6: limitar os gastos de investimento a 7% da Receita Líquida Real anual. O Estado cumpriu a meta ao apresentar gastos de investimento correspondentes a 2% da RLR.

*CRZ*

Atenciosamente,

*Fabio de Oliveira Barbosa*  
**FABIO DE OLIVEIRA BARBOSA**  
Secretário do Tesouro Nacional